

SUMÁRIO

COMPETÊNCIA REGIMENTAL DO STJ PARA O JULGAMENTO DAS AÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	1
COMPETÊNCIA REGIMENTAL DO STF PARA O JULGAMENTO DAS AÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	3
Capítulo I – SEGURIDADE SOCIAL: CONCEITO, TEORIA, ORIGEM, FASES HISTÓRICAS E FONTES DE FINANCIAMENTO	5
1 SEGURIDADE SOCIAL E CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO PREVIDENCIÁRIO: SOLIDARIEDADE E DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA	5
1.1 Conceito, fundamento e natureza jurídica	5
1.2 Teoria do risco social (contingência) e da proteção estatal	9
1.3 Origem e fases históricas	12
1.4 Modelo Bismarckiano <i>versus</i> Modelo Beveridgiano	14
1.5 Surgimento no Brasil: o marco da Lei Eloy Chaves	15
2 REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (RGPS)	15
2.1 Conceito, caráter obrigatório e contributivo	15
2.2 Natureza solidária e de repartição simples <i>versus</i> o regime de capitalização: efeitos, implicações no sistema previdenciário e o <i>déficit</i> orçamentário	16
2.3 Piso e teto do valor dos benefícios previdenciários pagos pelo RGPS	19
2.4 Competência legislativa privativa da União sobre Seguridade Social	20
3 PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	20
4 REGIME PRÓPRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (RPPS)	21
5 FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL	22
5.1 Natureza jurídica	22
5.2 Contribuições da Seguridade Social Previdenciárias	24
5.2.1 Cota patronal sobre a folha de pagamento	24
5.2.2 Cota dos trabalhadores sobre o salário de contribuição	25
5.3 Contribuições da Seguridade Social Não Previdenciárias	26
5.3.1 Sobre a receita ou o faturamento	26
5.3.2 Sobre o lucro	27
5.3.3 Sobre o concurso de prognósticos	28
5.3.4 Do importador de bens ou serviços do exterior	28
5.4 Contribuições da Seguridade Social Residuais	29
5.5 Contribuições Sociais Gerais	30
5.6 Moratória, remissão e anistia das contribuições sociais	30
5.7 Possibilidade de as contribuições sociais serem não cumulativas	31

5.8	Arrecadação	31
5.9	Execução das contribuições sociais pela Justiça do Trabalho	32
5.10	Consequências do inadimplemento das contribuições da Seguridade Social	33
5.11	Imunidades das entidades beneficentes de assistência social	34
5.12	Princípio da Noventena	38
5.13	Orçamento próprio da Seguridade Social	38
5.14	Desvinculação de Receitas da União (DRU): a Reforma da Previdência (EC 103/2019) e o Déficit Orçamentário da Previdência Social	39

Capítulo II – PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS E INTERPRETATIVOS DA SEGURIDADE SOCIAL

1	PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS GERAIS DA SEGURIDADE SOCIAL	44
1.1	Princípio da Dignidade da Pessoa Humana	44
1.2	Princípio da Solidariedade	45
1.3	Princípio da Inafastabilidade da Jurisdição	45
1.4	Princípio da Ampla Defesa e do Contraditório	46
2	PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS ESPECÍFICOS DA SEGURIDADE SOCIAL	48
2.1	Princípio da Universalidade de Cobertura e de Atendimento	48
2.2	Princípio da Uniformidade e Equivalência dos Benefícios e Serviços entre as Populações Urbanas e Rurais	49
2.3	Princípio da Seletividade e Distributividade na Prestação dos Benefícios e Serviços	51
2.4	Princípio da Irredutibilidade do Valor dos Benefícios	51
2.5	Princípio da Equidade na Forma de Participação no Custeio	52
2.6	Princípio da Diversidade da Base de Financiamento	53
2.7	Princípio do Caráter Democrático e Descentralizado da Administração por meio da Gestão Quadripartite	55
2.8	Princípio da Prévia Fonte de Custeio (Regra da Contrapartida)	56
2.9	Princípio do Equilíbrio Financeiro e Atuarial	56
3	PRINCÍPIOS INTERPRETATIVOS DA SEGURIDADE SOCIAL	57
3.1	Princípio <i>Tempus Regit Actum</i> e Ultratividade	57
3.2	Princípio da Irretroatividade	58
3.3	Princípio da Aplicação Imediata da Norma Constitucional	58
3.4	Princípio da Retrospectividade	59
3.5	Princípio da Irrepetibilidade dos Benefícios Previdenciários	60
3.5.1	Forma de cobrança de valores indevidamente recebidos a título de benefícios previdenciários	65
3.6	Princípio da Proteção Social	69
3.7	Princípio do Direito ao Melhor Benefício	70
3.8	Princípio da Fungibilidade da Tutela Previdenciária	70
3.9	Princípio da Proibição de Interpretação Restritiva sem Amparo Legal	72

Capítulo III – DIREITO PREVIDENCIÁRIO: TEORIA GERAL DOS BENEFÍCIOS E DO CUSTEIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

1	BENEFICIÁRIOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL: SEGURADOS E DEPENDENTES	75
1.1	Conceito	75
1.2	Filiação <i>versus</i> inscrição	75
1.3	Prestações previdenciárias do RGPS: benefícios e serviços	77
1.3.1	Reabilitação profissional	77
1.3.2	Serviço social	80

2	SEGURADOS OBRIGATÓRIOS	80
2.1	Empregado	80
2.2	Empregado doméstico	85
2.3	Trabalhador avulso	86
2.4	Segurado especial	86
2.4.1	Caracterização do regime de economia familiar	87
2.4.2	Boia-fria	97
2.4.3	Pescador artesanal	98
2.4.4	Índios	99
2.4.5	Lei 13.846/2019 e o Cadastro dos Segurados Especiais	99
2.5	Contribuinte individual	99
3	SEGURADO FACULTATIVO	103
4	DEPENDENTES	105
4.1	Conceito	105
4.2	Prestações previdenciárias devidas aos dependentes	106
4.3	Forma de comprovação da qualidade de dependente	106
4.4	Classes I, II e III dos dependentes previdenciários	106
4.5	Cônjuge	107
4.6	Companheiro(a), inclusive o homoafetivo	108
4.7	Ex-cônjuge ou ex-companheiro(a)	113
4.8	Concubinato de longa duração e simultaneidade de uniões estáveis	115
4.9	Filho menor de 21 anos	120
4.10	Filho inválido	122
4.11	Filho com deficiência mental, intelectual ou grave, nos termos das alterações trazidas pela Lei 13.146/2015	126
4.12	Filhos equiparados (enteado e menor tutelado)	132
4.13	Menor sob guarda	133
4.14	Pessoa designada	137
4.15	Pais	138
4.16	Avós	138
4.17	Madrasta e padrasto	138
4.18	Pessoa curatelada	139
5	REGRAS DOS DEPENDENTES	140
5.1	Regra da classe preferencial	140
5.2	Regra da igualdade dentro da mesma classe	140
5.3	Regra do acréscimo da cota dentro da mesma classe	140
5.4	Regra da presunção da dependência econômica para a Classe I e da efetiva comprovação para as Classes II e III	144
5.4.1	Presunção de dependência econômica da classe preferencial: regra absoluta ou relativa?	145
5.4.2	Interpretação conforme a Constituição do art. 16 da Lei 8.213/1991 para fins de caracterização da dependência previdenciária	146
5.5	Regra da habilitação tardia	147
5.6	Regra da habilitação provisória	150
5.7	Regra da perda da qualidade de dependente por indignidade	153
5.8	Regra da perda da qualidade de dependente do cônjuge/companheira pela prática de simulação ou fraude no casamento/união estável	154
6	QUALIDADE DE SEGURADO E PERÍODO DE GRAÇA	155
6.1	Conceito de qualidade de segurado	155

6.2	Formas de comprovação da qualidade de segurado	155
6.3	Conceito do período de graça	157
6.4	Finalidade do período de graça	157
6.5	Duração do período de graça e manutenção da qualidade de segurado	157
6.6	Prorrogação do período de graça	160
6.7	Contagem do período de graça	163
6.8	Projeção do aviso prévio no período de graça	166
6.9	Beneficiário de seguro-desemprego	166
6.10	Perda da qualidade de segurado	167
6.11	Mitigação dos efeitos da perda da qualidade de segurado	167
6.12	O Decreto 10.410/2020 e a exigência de complementação das contribuições para a aquisição e manutenção da qualidade de segurado	168
7	CARÊNCIA	170
7.1	Conceito e a complementação das contribuições exigidas para fins de carência pelo Decreto 10.410/2020	170
7.1.1	Carência e sua diferença de tempo de contribuição	173
7.2	Carência dos benefícios	177
7.3	Isenção de carência	177
7.4	Carência dos segurados especiais e benefícios devidos no valor de 1 (um) salário mínimo	178
7.5	Formas de comprovação da carência	181
7.6	Termo inicial da contagem da carência	182
7.7	Recolhimento em atraso de contribuições e sua consideração para fins de carência	183
7.8	Tempo do segurado trabalhador rural anterior à Lei 8.213/1991	185
7.9	Tempo de serviço do aluno aprendiz para fins de carência	186
7.10	Tempo de serviço do militar obrigatório para fins de carência	186
7.11	Carência de reingresso	186
7.12	Aplicação indevida das Medidas Provisórias 739/2016, 767/2017 e 871/2019: Tema 176 da TNU contrário à decisão do STF na ADPF 216/DF	189
8	CUSTEIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL: SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO (SC)	196
8.1	Conceito	196
8.2	Segurados obrigatórios e facultativos	196
8.3	Limites mínimo e máximo do salário de contribuição	199
8.4	EC 103/2019: complementação, utilização e agrupamento das contribuições quando o salário de contribuição for inferior ao mínimo legal	199
8.5	Extinção da escala do salário-base pelas Leis 9.876/1999 e 10.666/2003	204
8.6	Parcelas que integram o salário de contribuição	205
8.7	Parcelas que não integram o salário de contribuição	210
8.8	Salário de contribuição em caso de atividades concomitantes	217
8.9	Alíquotas das contribuições dos trabalhadores sobre o salário de contribuição conforme a EC 103/2019	218
8.9.1	Empregado, doméstico e trabalhador avulso	218
8.9.2	Contribuinte individual e segurado facultativo	221
8.9.2.1	Contribuinte individual filiado à cooperativa de trabalho	225
8.9.2.2	Contribuinte individual condutor autônomo de veículo rodoviário ...	227
8.9.2.3	Plano simplificado da previdência social dos contribuintes individuais e dos segurados facultativos	228
8.9.3	Segurado especial	231
8.10	Indenização para contagem do tempo de serviço de contribuições alcançadas pela decadência	235

9	CUSTEIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL: COTA PATRONAL A CARGO DOS EMPREGADORES, EMPRESAS E EQUIPARADOS	239
9.1	Empregador doméstico	239
9.2	Empresa e equiparados	240
9.2.1	Contribuição sobre a folha de salários e demais rendimentos do trabalho	241
9.2.2	Contribuição para o SAT/GILRAT: parcela básica e adicional	244
9.2.2.1	Fator Acidentário de Prevenção (FAP)	246
9.2.3	Contribuição para o Sistema “S”	248
9.2.4	Contribuição sobre o 13.º salário dos empregados	249
9.2.5	Contribuição sobre a remuneração dos contribuintes individuais	249
9.3	Cooperativa de Produção	250
9.4	Cooperativa de Trabalho	251
9.5	Contribuição substitutiva da cota patronal	253
9.5.1	Associações desportivas que mantêm equipe de futebol profissional	254
9.5.2	Produtores rurais pessoas físicas	255
9.5.3	Produtores rurais pessoas jurídicas	258
9.5.4	Agroindústrias	259
9.6	A desoneração da folha de pagamento	260
9.7	Contribuição diferenciada das empresas optantes do Simples Nacional	262
9.7.1	MEI – Microempreendedor Individual	262
9.7.2	Inovação legal: o MEI rural	262
9.8	O Simples Nacional	263
9.9	A MP 955/2020 e a revogação do Contrato de Trabalho Verde e Amarelo	266
10	SALÁRIO DE BENEFÍCIO (SB)	267
10.1	Conceito	267
10.2	Período Básico de Cálculo (PBC)	269
10.3	Benefícios submetidos ao cálculo do salário de benefício	274
10.4	Exclusão do décimo terceiro salário do cálculo do salário de benefício	274
10.5	Direito adquirido ao cálculo do salário de benefício com base nas regras anteriores à Lei 9.876/1999 e à EC 103/2019	275
10.6	Exigência de divisor mínimo de 60% (art. 3.º, § 2.º, da Lei 9.876/1999) e a EC 103/2019	277
10.7	A EC 103/2019 e alterações no salário de benefício do auxílio-doença	280
10.8	Salário de benefício da aposentadoria quando no PBC há recebimento de benefício por incapacidade: alterações da Lei 13.135/2015 e da EC 103/2019	284
10.9	Salário de benefício do segurado especial	290
10.10	Salário de benefício da aposentadoria precedida de auxílio-acidente	291
10.11	Fator Previdenciário	292
10.12	Lei 13.183/2015 (Progressividade do Sistema de Pontos)	294
10.13	CNIS – Cadastro Nacional de Informações do Segurado	297
10.14	Salário de benefício no caso de atividades concomitantes	298
10.15	A EC 103/2019 e o direito à exclusão das menores contribuições do salário de benefício: o fim do “milagre” da contribuição única	301
11	CONTAGEM RECÍPROCA	304
12	A EC 103/2019 E A VEDAÇÃO DE CONTAGEM DE TEMPO FICTO	314
12.1	Possibilidade de utilização do tempo rural anterior à Lei 8.213/1991 mesmo após a vigência da EC 103/2019	316
12.2	Cômputo do tempo rural exercido após a EC 103/2019 para fins de concessão da aposentadoria voluntária rural do segurado especial	317
12.3	Forma de contagem do tempo rural após a vigência da EC 103/2019 para fins de concessão da aposentadoria voluntária híbrida	318

12.4	Proibição de conversão de tempo especial em comum após a vigência da EC 103/2019	319
12.5	Tempo de afastamento recebendo benefício por incapacidade intercalado com atividade labora- l contributiva após a vigência da EC 103/2019	319
13	A COBERTURA DE BENEFÍCIOS NÃO PROGRAMADOS PELO SETOR PRIVADO	320

Capítulo IV – BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS EM ESPÉCIE: TEORIA E PRÁTICA 321

1	AUXÍLIO-DOENÇA (AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA)	321
1.1	Cabimento	321
1.2	Previsão legal	322
1.3	Requisitos	322
1.3.1	Qualidade de segurado	322
1.3.2	Carência	323
1.3.3	Cômputo das contribuições anteriores ao reingresso no RGPS para fins de carên- cia	323
1.3.4	Isenção de carência	324
1.3.5	Incapacidade total e temporária e data do início da incapacidade (DII)	325
1.3.6	Incapacidade parcial e permanente	326
1.3.7	Sobre-esforço e direito ao auxílio-doença	327
1.3.8	Realização de perícias por delegação por médicos integrantes do SUS	327
1.3.9	Alterações trazidas pelo Decreto 8.691/2016: possibilidade de concessão ou pror- rogação do auxílio-doença sem perícia do INSS	328
1.4	Tipos de auxílio-doença: previdenciário e acidentário	329
1.5	Acidentes de trabalho e benefícios por incapacidade	331
1.5.1	Acidente de trabalho típico (art. 19, Lei 8.213/1991)	331
1.5.2	Acidente de trabalho equiparado: doença profissional e doença do trabalho (art. 20, Lei 8.213/1991)	332
1.5.3	Acidente do trabalho: demais equiparações legais (art. 21, Lei 8.213/1991)	333
1.5.4	Situações que não são doenças do trabalho (art. 20, § 1.º, Lei 8.213/1991)	334
1.5.5	Comunicação de Acidente do Trabalho (CAT)	334
1.5.6	Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário (NTEP)	335
1.6	Beneficiários	337
1.7	“Doença” preexistente	338
1.8	Data de Início do Benefício (DIB)	339
1.9	Reabertura e Prorrogação do Auxílio-Doença	341
1.10	Aspectos trabalhistas do auxílio-doença	341
1.10.1	Suspensão <i>versus</i> interrupção do contrato de trabalho	342
1.10.2	Estabilidade provisória, direito à reintegração e indenização substitutiva	342
1.10.3	Recolhimento do FGTS	344
1.10.4	Auxílio-doença e manutenção de plano de saúde ou assistência médica	344
1.11	Data da Cessação do Benefício (DCB)	345
1.12	Obrigações do segurado que recebe auxílio-doença	345
1.12.1	Participação em processo de reabilitação profissional	345
1.12.2	Realização de exames e tratamento médico	346
1.13	Lei 13.457/2017 e a alta programada	346
1.13.1	Alta programada judicial	349
1.13.2	Prazo hipotético de 120 dias para cessação do benefício no caso de alta programa- da	350
1.14	Salário de Benefício (SB)	351
1.15	Renda Mensal Inicial (RMI)	351
1.16	Acumulação do auxílio-doença com outros benefícios	352

1.17	Revisão administrativa de auxílio-doença concedido judicialmente	353
1.18	Segurado que exerce mais de uma atividade no RGPS	353
1.19	Restrições ao recebimento do auxílio-doença ao segurado preso	355
1.20	Presença de terceiros nas perícias médicas do INSS	356
1.21	Prazo limite para o INSS realizar a perícia e concluir o processo administrativo: o acordo homologado no STF no Tema 1.066 da Repercussão Geral	356
1.22	A Lei 13.982/2020 e a antecipação do auxílio-doença	360
1.23	A Lei 13.989/2020 e o uso da telemedicina	361
1.24	Covid-19, atividades essenciais e auxílio-doença acidentário	363
2	PRÁTICA PREVIDENCIÁRIA DO AUXÍLIO-DOENÇA	365
2.1	Petição Inicial: Peça Processual Modelo (Concessão do Benefício de Auxílio-Doença) ...	365
2.2	Fundamentos jurídicos de petições iniciais envolvendo auxílio-doença	367
2.2.1	Restabelecimento de auxílio-doença cessado indevidamente por falta de incapacidade	368
2.2.2	Conversão de auxílio-doença em aposentadoria por incapacidade permanente ..	368
2.2.3	Concessão de auxílio-doença indeferido por perda da qualidade de segurado	368
2.2.4	Concessão de auxílio-doença indeferido por ausência de carência	368
2.2.5	Concessão de auxílio-doença em caso de incapacidade parcial e permanente	369
2.2.6	Cessação administrativa de auxílio-doença concedido judicialmente	369
2.3	Valor da causa	369
2.4	Requerimento de produção de provas	370
2.5	Quesitos para perícia	370
2.6	Impugnação do laudo pericial	371
2.7	Pedido de tutela antecipada	372
2.8	Sentença e tutela específica da obrigação	372
2.9	Agravo de instrumento	373
2.10	Apelação: peça processual	373
2.11	Recurso especial: peça processual	377
2.12	Cumprimento de sentença contra o INSS: peça processual	380
3	APOSENTADORIA POR INCAPACIDADE PERMANENTE	381
3.1	Cabimento	382
3.2	Previsão legal	382
3.3	Requisitos	382
3.3.1	Qualidade de segurado	382
3.3.2	Carência	382
3.3.3	Cômputo das contribuições anteriores ao reingresso no RGPS para fins de carência	383
3.3.4	Isenção de carência	383
3.3.5	Incapacidade total e permanente	383
3.3.6	Teoria da incapacidade social	384
3.4	Realização de perícias por delegação	386
3.5	Tipos de aposentadoria por incapacidade permanente: previdenciária e acidentária	386
3.6	Beneficiários	387
3.7	“Doença” preexistente	388
3.8	Data de Início do Benefício (DIB)	389
3.9	Data da Cessação do Benefício (DCB)	390
3.10	Mensalidades de recuperação	390
3.11	Aspectos trabalhistas da aposentadoria por incapacidade permanente	394
3.11.1	Suspensão do contrato de trabalho e direito de retorno ao emprego	394

3.11.2	Fechamento da empresa e extinção da relação empregatícia	396
3.11.3	Aposentadoria por incapacidade permanente e manutenção de plano de saúde ou assistência médica	396
3.11.4	Aposentadoria por incapacidade permanente acidentária e depósitos do FGTS ..	397
3.12	Salário de Benefício (SB)	397
3.13	Renda Mensal Inicial (RMI)	398
3.14	Adicional de 25% à RMI (adicional de grande invalidez ou auxílio-acompanhante)	402
3.14.1	Extensão do adicional de 25% para outros tipos de aposentadoria	403
3.15	Obrigações do segurado que recebe aposentadoria por incapacidade permanente	405
3.16	Acumulação da aposentadoria por incapacidade permanente com outros benefícios	407
4	PRÁTICA PREVIDENCIÁRIA DA APOSENTADORIA POR INCAPACIDADE PERMANENTE	407
4.1	Petição Inicial: Peça Processual Modelo (Concessão do Benefício de Aposentadoria por Incapacidade Permanente)	407
4.2	Fundamentos jurídicos e jurisprudenciais de petições iniciais envolvendo aposentadoria por incapacidade permanente	410
4.2.1	Conversão de auxílio-doença em aposentadoria por incapacidade permanente ..	410
4.2.2	Cessação administrativa de aposentadoria por incapacidade permanente concedida judicialmente	410
4.2.3	Concessão de aposentadoria por incapacidade permanente em caso de incapacidade parcial e permanente	411
4.2.4	Concessão do adicional de 25%	411
4.3	Valor da causa	412
4.4	Requerimento de produção de provas	412
4.5	Quesitos para perícia	412
4.6	Impugnação do laudo pericial	412
4.7	Pedido de tutela antecipada	412
4.8	Sentença e tutela específica da obrigação	412
4.9	Agravo de instrumento	412
4.10	Apelação: fundamentos jurídicos	412
4.11	Recurso extraordinário: peça processual	412
4.12	Cumprimento de sentença: fundamentos jurídicos	416
5	AUXÍLIO-ACIDENTE	416
5.1	Cabimento	417
5.2	Previsão legal	419
5.3	Requisitos	419
5.3.1	Qualidade de segurado	419
5.3.2	Acidente de qualquer natureza	420
5.3.3	Redução da capacidade laborativa para o trabalho habitual	420
5.3.4	Reversibilidade da doença ocupacional e direito ao auxílio-acidente	421
5.3.5	Lesão mínima e direito ao auxílio-acidente	421
5.4	Beneficiários	422
5.4.1	Segurado especial e direito ao auxílio-acidente	422
5.5	Deficiência auditiva (disacusia) e nexos causal com o trabalho	423
5.5.1	Deficiência auditiva (disacusia) e Tabela de Fowler	424
5.6	Data de Início do Benefício (DIB)	424
5.7	Data da Cessação do Benefício (DCB)	425
5.8	Salário de Benefício (SB)	426
5.9	Renda Mensal Inicial (RMI)	426
5.10	Aplicação do Princípio <i>Tempus Regit Actum</i> à Lei 9.032/1995	428

5.11	Auxílio-acidente e acumulação com outros benefícios	429
5.12	Competência para julgamento do auxílio-acidente	431
5.13	Obrigações do segurado que recebe auxílio-acidente	431
6	PRÁTICA PREVIDENCIÁRIA DO AUXÍLIO-ACIDENTE	432
6.1	Petição Inicial: Peça Processual Modelo (Concessão do Benefício de Auxílio-Acidente) .	432
6.2	Fundamentos jurídicos e jurisprudenciais de petições iniciais envolvendo auxílio-acidente	435
6.2.1	Concessão de auxílio-acidente indeferido por perda da qualidade de segurado ..	435
6.2.2	Restabelecimento de auxílio-acidente cessado indevidamente	435
6.2.3	Cumulação de auxílio-acidente com aposentadoria	436
6.2.4	Concessão de auxílio-acidente no caso de lesão mínima	436
6.3	Valor da causa	436
6.4	Requerimento de produção de provas	436
6.5	Quesitos para perícia	436
6.6	Impugnação do laudo pericial	436
6.7	Pedido de tutela antecipada	436
6.8	Sentença e tutela específica da obrigação	437
6.9	Agravo de instrumento	437
6.10	Apelação: fundamentos jurídicos	437
6.11	Recurso especial: peça processual	437
6.12	Cumprimento de sentença: fundamentos jurídicos	440
7	SALÁRIO-FAMÍLIA	440
7.1	Cabimento	440
7.2	Previsão legal	441
7.3	Requisitos	442
7.3.1	Critério da baixa renda	442
7.3.2	Filhos ou equiparados até 14 anos ou inválidos de qualquer idade	442
7.4	Beneficiários	443
7.5	Restrições ao recebimento do salário-família trazidas pelo regulamento	444
7.6	Modificação do valor da cota do salário-família pela EC 103/2019 e responsabilidade pelo pagamento	445
7.7	Especificidades do salário-família do empregado doméstico	446
7.8	Data de Início do Benefício (DIB)	448
7.9	Data da Cessação do Benefício (DCB)	448
7.10	Salário-família e acumulação com outros benefícios	449
8	PRÁTICA PREVIDENCIÁRIA DO SALÁRIO-FAMÍLIA	449
8.1	Petição Inicial: Peça Processual Modelo (Implantação do Benefício de Salário-Família) .	449
8.2	Fundamentos jurídicos e jurisprudenciais de petições iniciais envolvendo salário-família	451
8.2.1	Restabelecimento de salário-família em relação a filho inválido maior de 14 anos	452
8.3	Valor da causa	452
8.4	Requerimento de produção de provas	452
8.5	Pedido de tutela antecipada	452
8.6	Sentença e tutela específica da obrigação	452
8.7	Agravo de instrumento	452
8.8	Apelação	452
8.9	Recurso especial e recurso extraordinário	453
8.10	Cumprimento de sentença	453
9	ABONO ANUAL	453
9.1	Cabimento	453

9.2	Previsão legal	453
9.3	Beneficiários	453
9.4	Forma de cálculo	453
10	PENSÃO POR MORTE	454
10.1	Cabimento	454
10.2	Previsão legal	454
10.3	Requisitos	454
10.3.1	Óbito do segurado	455
10.3.2	Qualidade de segurado e Súmula 416 do STJ	455
10.3.3	Qualidade de segurado e Portaria DIRBEN/PFE/INSS 60/2022	458
10.3.4	Qualidade de dependente	458
10.4	Recolhimento <i>post mortem</i> de contribuições previdenciárias pelos dependentes	459
10.5	Carência	460
10.6	Beneficiários	460
10.7	Data de Início do Benefício (DIB) e Data do Início do Pagamento (DIP)	460
10.7.1	DIB em caso de dependente absolutamente e relativamente incapaz	462
10.8	A Lei 10.135/2015 e as alterações trazidas no prazo de duração da pensão por morte do cônjuge/companheiro(a)	464
10.8.1	Caso, na data do óbito, o segurado tenha vertido 18 contribuições e o casamento/união estável tenha duração de, no mínimo, 2 anos	464
10.8.2	Caso, na data do óbito, o segurado NÃO tenha realizado 18 contribuições ou o casamento/união estável NÃO tenha duração de, no mínimo, 2 anos	466
10.8.3	Caso, na data do óbito, o cônjuge/companheiro seja inválido ou com deficiência	467
10.8.4	Caso o óbito do segurado tenha ocorrido por acidente de qualquer natureza ou doença profissional ou do trabalho	467
10.8.5	Início da vigência das alterações realizadas pela Lei 13.135/2015	468
10.8.6	Análise da constitucionalidade das alterações trazidas pela Lei 10.135/2015 na pensão por morte do cônjuge/companheiro	469
10.9	Aplicação dos requisitos da Lei 13.135/2015 a ex-cônjuge ou ex-companheira(o)	472
10.9.1	MP 871/2019 convertida na Lei 13.846/2019 e o prazo de recebimento da pensão pelo ex-cônjuge ou ex-companheira(o)	473
10.10	Data da Cessação do Benefício (DCB)	475
10.11	Data da cessação da cota individual	475
10.11.1	Data da cessação da cota-parte do cônjuge/companheiro(a)	476
10.12	Renda Mensal Inicial (RMI)	477
10.12.1	Piso do valor da pensão por morte de um salário mínimo	483
10.13	Pensão provisória em caso de morte presumida	485
10.14	Pensão por morte do pensionista com deficiência que retorna ao trabalho	486
10.15	Pensão por morte e acumulação com outros benefícios	487
10.15.1	Aplicação do direito adquirido às regras de acumulação em face do princípio da irredutibilidade do valor nominal do benefício	490
10.15.2	Escolha pela pensão por morte mais favorável em face das alterações trazidas pela Lei 13.135/2015	491
10.16	Competência para julgamento de pensão por morte decorrente de acidente do trabalho	492
11	PRÁTICA PREVIDENCIÁRIA DA PENSÃO POR MORTE	492
11.1	Petição Inicial: Peça Processual Modelo (Concessão do Benefício de Pensão por Morte)	492
11.2	Fundamentos jurídicos e jurisprudenciais de petições iniciais envolvendo pensão por morte	495
11.2.1	Concessão de pensão por morte à companheira com reconhecimento da união estável	495
11.2.2	Concessão de pensão por morte a ex-cônjuge	496

11.2.3	Concessão de pensão por morte ao filho menor e emancipado	496
11.2.4	Concessão de pensão por morte ao menor sob guarda	496
11.2.5	Concessão de pensão por morte a filho equiparado	496
11.3	Valor da causa	497
11.4	Requerimento de produção de provas	497
11.5	Pedido de tutela antecipada	497
11.6	Sentença e tutela específica da obrigação	497
11.7	Agravo de instrumento: peça processual	497
11.8	Apelação: fundamentos jurídicos	501
11.9	Recurso especial e recurso extraordinário: fundamentos jurídicos	501
11.10	Cumprimento de sentença: fundamentos jurídicos	501
12	AUXÍLIO-RECLUSÃO	501
12.1	Cabimento	501
12.2	Previsão legal	503
12.3	Requisitos	503
12.3.1	Prisão do segurado	503
12.3.2	Carência	504
12.3.3	Qualidade de segurado	505
12.3.4	Critério da baixa renda	506
12.3.5	Não receber remuneração da empresa nem estar em gozo de auxílio-doença, pensão por morte, salário-maternidade, aposentadoria ou abono de permanência em serviço: acumulação do auxílio-reclusão com outros benefícios	509
12.3.6	Qualidade de dependente	511
12.4	Beneficiários	511
12.5	Data de Início do Benefício (DIB)	512
12.6	Data da Cessação do Benefício (DCB)	512
12.7	Renda Mensal Inicial (RMI)	512
12.8	Fuga do segurado da prisão	514
12.9	Flexibilização do critério da baixa renda à luz do princípio da proteção social	515
12.10	Alterações trazidas pela Lei 13.135/2015 na pensão por morte e sua aplicação no auxílio-reclusão	516
12.11	Preso que exerce atividade remunerada	518
12.12	Concessão do auxílio-reclusão quando o segurado(a) receba salário-maternidade ou pensão por morte	519
12.13	Verbas rescisórias excluídas para fins de auferir o critério da baixa renda do segurado ...	519
12.14	Segurado em prisão domiciliar	519
12.15	Segurado usando tornozeleira eletrônica	520
12.16	Morte do segurado recluso e valor da pensão por morte	520
13	PRÁTICA PREVIDENCIÁRIA DO AUXÍLIO-RECLUSÃO	521
13.1	Petição Inicial: Peça Processual Modelo (Concessão do Benefício de Auxílio-Reclusão) .	521
13.2	Fundamentos jurídicos e jurisprudenciais de petições iniciais envolvendo auxílio-reclusão	524
13.2.1	Concessão de auxílio-reclusão com a flexibilização do critério da baixa renda	524
13.3	Valor da causa	524
13.4	Requerimento de produção de provas	524
13.5	Pedido de tutela antecipada	525
13.6	Sentença e tutela específica da obrigação	525
13.7	Agravo de instrumento	525
13.8	Embargos de declaração com efeitos infringentes: noções gerais e peça processual	525

13.9	Apelação: fundamentos jurídicos	528
13.10	Recurso especial e recurso extraordinário: fundamentos jurídicos	528
13.11	Cumprimento de sentença	529
14	BPC/LOAS	529
14.1	Cabimento	529
14.2	Previsão legal	529
14.3	Requisitos do BPC/LOAS do idoso	529
14.3.1	Requisito etário (idade mínima)	530
14.3.2	Requisito da miserabilidade (renda familiar mínima <i>per capita</i>)	530
14.3.3	Inscrição no CPF e no Cadastro Único	534
14.4	Requisitos do BPC/LOAS da pessoa com deficiência	535
14.4.1	Portaria Conjunta MDS/INSS 02/2015 e a caracterização da deficiência para fins de recebimento do BPC/LOAS	535
14.4.2	Caracterização do impedimento de longo prazo da pessoa com deficiência	542
14.4.3	Possibilidade de concessão do BPC/LOAS no caso de incapacidade temporária	543
14.4.4	Requisito da miserabilidade (renda familiar mínima <i>per capita</i>)	543
14.4.5	Inscrição no CPF e no Cadastro Único	543
14.5	Composição do núcleo familiar para fins de concessão do BPC/LOAS e apuração da renda familiar nos termos da Lei 12.435/2011	543
14.6	Exclusão de rendimentos para fins de concessão do BPC/LOAS	544
14.7	Data de Início do Benefício (DIB)	547
14.8	Data da Cessação do Benefício (DCB)	548
14.9	Renda Mensal Inicial (RMI)	548
14.10	Peculiaridades do BPC/LOAS	548
14.11	BPC/LOAS temporário para as crianças com microcefalia provocado pelo Zika Vírus	549
14.12	Suspensão do BPC/LOAS no caso de trabalho remunerado, salvo na contratação de aprendiz com deficiência	549
14.13	O auxílio-inclusão	549
15	PRÁTICA PREVIDENCIÁRIA DO BPC/LOAS	551
15.1	Petição Inicial: Peça Processual Modelo (Concessão do BPC/LOAS)	551
15.2	Fundamentos jurídicos e jurisprudenciais de petições iniciais envolvendo BPC/LOAS	554
15.2.1	Exclusão da renda de membro da família que recebe BPC/LOAS da pessoa com deficiência	554
15.2.2	Cessação de BPC/LOAS mediante a flexibilização do critério da renda para fins de apuração do requisito da miserabilidade	554
15.3	Valor da causa	554
15.4	Requerimento de produção de provas	554
15.5	Pedido de tutela antecipada	555
15.6	Sentença e tutela específica da obrigação	555
15.7	Agravo de instrumento	555
15.8	Recurso inominado: peça processual	555
16	SALÁRIO-MATERNIDADE	557
16.1	Cabimento	557
16.2	Previsão legal	558
16.3	Requisitos	558
16.3.1	Parto, adoção, guarda judicial para fins de adoção e aborto não criminoso	558
16.3.2	Qualidade de segurado	559
16.3.3	Carência	560
16.3.3.1	Cômputo das contribuições anteriores ao reingresso no RGPS para fins	

	de carência	560
16.4	Prazo de duração do salário-maternidade	561
16.4.1	Prorrogação do prazo em caso de gravidez de risco	562
16.4.2	Prorrogação do prazo em caso de empregada quando a empresa aderir ao programa empresa cidadã	564
16.4.3	Situação envolvendo criança com microcefalia decorrente de Zika Vírus	565
16.5	Beneficiários	565
16.5.1	Salário-maternidade devido à empregada doméstica	565
16.5.2	Salário-maternidade devido ao cônjuge ou companheiro sobrevivente em caso de falecimento do beneficiário	565
16.6	Responsabilidade pelo pagamento do salário-maternidade	567
16.7	Direito ao salário-maternidade à segurada desempregada em período de graça	568
16.8	Estabilidade da gestante empregada	569
16.9	Pagamento do salário-maternidade nos casos de violação da estabilidade da gestante empregada	570
16.10	Data de Início do Benefício (DIB)	572
16.11	Data da Cessação do Benefício (DCB)	573
16.12	Salário-maternidade integrante do salário de contribuição	573
16.13	Renda Mensal Inicial (RMI)	573
16.13.1	Possibilidade de a RMI superar o teto da previdência social em caso de empregada	574
16.14	Acumulação do salário-maternidade com outros benefícios	574
16.15	Exigência de afastamento do trabalho	575
16.16	A MP 871/2019 e o prazo decadencial para o requerimento do salário-maternidade	575
17	PRÁTICA PREVIDENCIÁRIA DO SALÁRIO-MATERNIDADE	577
17.1	Petição Inicial: Peça Processual Modelo (Concessão do Salário-maternidade em Período de Graça em Razão de Violação da Estabilidade Gestante)	577
17.2	Valor da causa	579
17.3	Requerimento de produção de provas	579
17.4	Pedido de tutela antecipada	579
17.5	Sentença e tutela específica da obrigação	579
17.6	Agravo de instrumento	579
18	APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA RURAL	579
18.1	Cabimento	579
18.2	Previsão legal	580
18.3	Beneficiários	580
18.4	Situação do garimpeiro	582
18.5	Requisitos	583
18.5.1	Requisito etário (idade mínima)	583
18.5.2	Carência (comprovação do exercício da atividade rural)	585
18.6	Regra de transição do art. 143 da Lei 8.213/1991	588
18.7	Regra de transição do art. 3.º da Lei 11.718/2008	590
18.8	Necessidade de preenchimento simultâneo da idade mínima e do exercício da atividade rural	593
18.9	Regras para comprovação do tempo rural	594
18.9.1	Início de prova material contemporânea	594
18.9.2	Força ampliativa da prova testemunhal idônea não exclusiva	595
18.9.3	A Lei 13.846/2019 e o Cadastro dos Segurados Especiais	598
18.9.4	O procedimento do INSS de ratificação total ou parcial da autodeclaração	602
18.9.5	Rol exemplificativo da prova documental	606

18.9.6	Termo inicial do trabalho rural	608
18.9.7	Extensão da prova documental em nome do genitor ou do marido para os demais membros do grupo familiar	609
18.9.8	Declaração de ex-empregador rural	610
18.9.9	Comprovação do tempo rural exercido pelo boia-fria	611
18.10	Data de Início do Benefício (DIB)	611
18.11	Data de Cessação do Benefício (DCB)	611
18.12	Salário de Benefício (SB)	612
18.13	Renda Mensal Inicial (RMI)	612
19	PRÁTICA PREVIDENCIÁRIA DA APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA RURAL	613
19.1	Petição Inicial: Peça Processual Modelo (Concessão de Aposentadoria Voluntária Rural)	613
19.2	Valor da causa	615
19.3	Requerimento de produção de provas	615
19.4	Pedido de tutela antecipada	616
19.5	Sentença e tutela específica da obrigação	616
19.6	Agravo de instrumento	616
20	APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA URBANA (APOSENTADORIA PROGRAMADA)	616
20.1	Cabimento	616
20.2	Previsão legal	618
20.3	Beneficiários	618
20.4	Requisitos – regra geral: art. 19 da EC 103/2019	618
20.4.1	Requisito etário (idade mínima)	619
20.4.2	Carência e tempo de contribuição	620
20.5	Regra de transição da carência do art. 142 da Lei 8.213/1991	622
20.6	Desnecessidade de preenchimento simultâneo da idade mínima e da carência para a incidência da regra de transição do art. 142 da Lei 8.213/1991	623
20.7	Impossibilidade de preenchimento da carência mediante tempo ficto decorrente de conversão de tempo especial em comum	624
20.8	Desnecessidade de qualidade de segurado	625
20.9	Reconhecimento do tempo de serviço do aluno aprendiz	625
20.10	Reconhecimento do tempo de serviço do militar obrigatório	627
20.11	Inclusão do salário de benefício do auxílio-doença como salário de contribuição para a concessão da aposentadoria voluntária	628
20.12	Regras para a comprovação do tempo de contribuição: início de prova material contemporânea ao trabalho	628
20.13	Sentença da Justiça do Trabalho e início de prova material	631
20.14	Data de Início do Benefício (DIB)	632
20.15	Data de Cessação do Benefício (DCB)	632
20.16	Possibilidade de o segurado continuar trabalhando mesmo aposentado	632
20.17	Aposentadoria compulsória	633
20.18	Salário de Benefício (SB)	635
20.18.1	Direito à exclusão das menores contribuições do salário de benefício	636
20.19	Renda Mensal Inicial (RMI)	636
20.20	Conversão da aposentadoria por invalidez em aposentadoria por idade	639
20.21	Regras de transição da aposentadoria voluntária trazidas pela EC 103/2019	640
20.21.1	Regra de transição 1: art. 18 da EC 103/2019 (aposentadoria por idade)	640
20.21.2	Regra de transição 2: art. 15 da EC 103/2019 (sistema de pontos)	643
20.21.3	Regra de transição 3: art. 16 da EC 103/2019 (idade mínima)	648
20.21.4	Regra de transição 4: art. 17 da EC 103/2019 (pedágio de 50%)	651
20.21.5	Regra de transição 5: art. 20 da PEC 103/2019 (pedágio de 100%)	653

21	APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA HÍBRIDA OU MISTA	655
21.1	Cabimento	655
21.2	Previsão legal	656
21.3	Finalidade	656
21.4	Beneficiários	657
21.5	Requisitos	657
21.5.1	Idade mínima	657
21.5.2	Carência e tempo de contribuição	658
21.6	Desnecessidade de o segurado estar laborando no campo para requerer a aposentadoria voluntária híbrida	661
21.7	Data de Início do Benefício (DIB)	662
21.8	Data de Cessação do Benefício (DCB)	662
21.9	Salário de Benefício (SB)	663
21.10	Renda Mensal Inicial (RMI)	663
21.11	Utilização de tempo rural remoto para fins de concessão da aposentadoria voluntária híbrida	664
21.12	Exigência do INSS de que haja a manutenção da qualidade de segurado	667
21.13	Aposentadoria voluntária híbrida da pessoa com deficiência	669
22	APOSENTADORIA EXCLUSIVAMENTE POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO	669
22.1	Cabimento	669
22.2	Previsão legal	670
22.3	Beneficiários	670
22.4	Requisitos	670
22.4.1	Carência	670
22.4.2	Tempo de contribuição	671
22.4.2.1	Tempo rural não contributivo anterior à Lei 8.213/1991	672
22.4.3	Desnecessidade de qualidade de segurado	672
22.4.4	Desnecessidade de idade mínima	673
22.5	Data de Início do Benefício (DIB)	673
22.6	Data de Cessação do Benefício (DCB)	673
22.7	Salário de Benefício (SB) e Regra 85/95 ou da progressividade do sistema de pontos trazida pela Lei 13.183/2015	673
22.8	Renda Mensal Inicial (RMI)	673
22.9	Regras para a comprovação do tempo de contribuição: início de prova material contemporânea ao trabalho	673
22.10	Sentença da Justiça do Trabalho e início de prova material	673
22.11	Reconhecimento do tempo de serviço do aluno aprendiz	673
22.12	Reconhecimento do tempo de serviço do militar	673
22.13	Regra de transição para a aposentadoria integral trazida pela EC 20/1998 e pedágio de 20%	674
23	APOSENTADORIA DO PROFESSOR	674
23.1	Cabimento	674
23.2	Previsão legal	675
23.3	Beneficiários	675
23.4	Natureza jurídica	675
23.5	Requisitos – regra geral (art. 19, § 1.º, II, EC 103/2019)	676
23.5.1	Idade mínima	677
23.5.2	Carência e tempo de contribuição exercido na função de magistério na educação infantil, ensino fundamental e médio	677
23.6	Comprovação da atividade de professor	678

23.7	Cômputo do tempo de contribuição do professor prestado fora de sala de aula	678
23.8	Data de Início do Benefício (DIB)	679
23.9	Data de Cessação do Benefício (DCB)	680
23.10	Salário de Benefício (SB) e aplicação do fator previdenciário antes da EC 103/2019	680
23.11	Renda Mensal Inicial (RMI)	682
23.12	Conversão de atividade especial do professor em tempo comum até a data da entrada em vigor da EC 18/1981	682
23.13	Regra transitória para a aposentadoria do professor trazida pelo art. 9.º, § 2.º, da EC 20/1998	682
23.14	Regra de transição do art. 15, § 3.º, da EC 103/2019 (sistema de pontos para o professor)	684
23.15	Regra de transição do art. 16, § 2.º, da EC 103/2019 (idade mínima do professor)	688
23.16	Regra de transição do art. 20, § 1.º, da EC 103/2019 (pedágio de 100% para o professor)..	690
24	APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO PROPORCIONAL	693
24.1	Cabimento	693
24.2	Previsão legal	693
24.3	Beneficiários	693
24.4	Requisitos	693
24.4.1	Tempo de contribuição e pedágio de 40%	694
24.4.2	Idade mínima	694
24.5	Data de Início do Benefício (DIB)	694
24.6	Data de Cessação do Benefício (DCB)	694
24.7	Salário de benefício	694
24.8	Renda Mensal Inicial (RMI)	695
24.9	Direito adquirido à aposentadoria proporcional previsto no art. 3.º da Emenda Constitucional 20/1998	695
25	APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	696
25.1	Cabimento	696
25.2	Previsão legal	698
25.3	Beneficiários	698
25.4	Requisitos	698
25.5	Procedimento para constatação da deficiência e do seu grau: o índice de funcionalidade brasileiro aplicado para fins de aposentadoria – IF-BRA	699
25.6	Tempo de contribuição de acordo com o grau de deficiência	707
25.7	Carência	709
25.8	Conversão entre tempos laborados em graus de deficiência diversos e a apuração do grau de deficiência preponderante	709
25.9	Conversão do tempo comum laborado sem deficiência para o tempo qualificado trabalhado com deficiência	711
25.10	Conversão do tempo de atividade especial em tempo de contribuição para fins de concessão da aposentadoria da pessoa com deficiência	712
25.11	Data de Início do Benefício (DIB)	714
25.12	Data de Cessação do Benefício (DCB)	714
25.13	Salário de Benefício (SB)	714
25.14	Renda Mensal Inicial (RMI)	716
25.15	Direito à contagem recíproca	717
25.16	Direito ao melhor benefício	717
25.17	Ordem provisória de prioridade na avaliação da perícia da pessoa com deficiência	717
25.18	Possibilidade de o segurado com deficiência continuar trabalhando após aposentado	718

26	APOSENTADORIA POR IDADE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	719
26.1	Cabimento	719
26.2	Previsão legal	720
26.3	Beneficiários	720
26.4	Requisitos	720
26.4.1	Idade mínima	720
26.4.2	Carência	721
26.4.3	Tempo mínimo de deficiência de 15 anos independente do grau	723
26.5	Aposentadoria voluntária híbrida da pessoa com deficiência	723
26.6	Aposentadoria voluntária rural do segurado especial com deficiência	724
26.7	Procedimento para constatação da deficiência e do seu grau: o índice de funcionalidade brasileiro aplicado para fins de aposentadoria – IFBRA	725
26.8	Data de Início do Benefício (DIB)	725
26.9	Data de Cessação do Benefício (DCB)	725
26.10	Possibilidade de o segurado com deficiência continuar trabalhando após aposentado	725
26.11	Salário de Benefício (SB)	725
26.12	Renda Mensal Inicial (RMI)	725
26.13	Direito à contagem recíproca	726
26.14	Direito ao melhor benefício	726
26.15	Obrigação da pessoa com deficiência de submeter-se a revisões periódicas	726
27	APOSENTADORIA ESPECIAL	726
27.1	Cabimento	726
27.2	Previsão legal	728
27.3	Beneficiários	728
27.3.1	Ilegalidade na limitação dos segurados beneficiários da aposentadoria especial feita pelo art. 64 do Decreto 3.048/1999	729
27.4	Requisitos – regra geral	732
27.4.1	Idade mínima	732
27.4.2	Carência	733
27.4.3	Tempo de contribuição e efetiva exposição habitual e permanente a agentes nocivos por 15, 20 ou 25 anos	733
27.5	Possibilidade de reconhecimento da especialidade da atividade exercida antes da vigência da Lei 3.807/1960	736
27.6	Regras para a comprovação do tempo especial	737
27.6.1	Atividade especial realizada até 28.04.1995	737
27.6.2	Atividade especial realizada a partir de 29.04.1995 até 05.03.1997	739
27.6.3	Atividade especial realizada a partir de 06.03.1997 e Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP)	740
27.7	Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho – LTCAT	743
27.8	Agente nocivo ruído	745
27.8.1	Picos de ruído <i>versus</i> média simples	746
27.9	Possibilidade de reconhecimento da periculosidade para fins de aposentadoria especial	748
27.9.1	Eletricitários	748
27.9.2	Vigilantes e guardas municipais com ou sem arma de fogo	749
27.9.3	Contato direto com explosivos e armamentos	750
27.10	Reconhecimento da penosidade para fins de aposentadoria especial	750
27.10.1	Motorista de caminhão e de ônibus	752
27.11	Médico	753
27.12	Professor	753
27.12.1	Aeronauta	754

27.12.2	Agentes comunitários de saúde e agentes de combate a endemias	754
27.13	Atividade exercida apenas na lavoura	754
27.14	Uso de Equipamento de Proteção Individual (EPI) e descaracterização do tempo especial	755
27.14.1	Produção probatória para fins de desconsideração do resultado do PPP e comprovação da ineficácia do EPI	759
27.14.2	Agentes cancerígenos e o Decreto 10.410/2020	762
27.15	Fator de conversão entre tempos de atividade	763
27.15.1	Conversão de tempo de atividade especial para outra atividade especial (preponderante)	764
27.15.2	Conversão de tempo de atividade especial para atividade comum	765
27.15.2.1	Possibilidade de conversão de tempo de atividade especial em comum após 28.05.1998	767
27.15.3	Conversão de tempo de atividade comum para atividade especial	767
27.16	Data de Início do Benefício (DIB)	769
27.17	Data de Cessação do Benefício (DCB)	769
27.18	Proibição de continuar a exercer atividade especial	769
27.19	Salário de Benefício (SB)	771
27.20	Renda Mensal Inicial (RMI)	771
27.21	Regra de transição do art. 21 da EC 103/2019 (sistema de pontos da aposentadoria especial)	772
27.22	Decreto 10.410/2020 e o reconhecimento da especialidade do tempo de afastamento nos casos de recebimento de auxílio-doença previdenciário	773
28	PRÁTICA PREVIDENCIÁRIA DAS APOSENTADORIAS (INCLUINDO A VOLUNTÁRIA, HÍBRIDA, DO PROFESSOR, DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E ESPECIAL)	775
28.1	Petição Inicial: Peça Processual Modelo (Concessão da Aposentadoria Voluntária Urbana)	775
28.2	Valor da causa	778
28.3	Requerimento de produção de provas	778
28.4	Pedido de tutela antecipada	779
28.5	Sentença e tutela específica da obrigação	779
28.6	Agravo de instrumento	779
28.7	Apelação: fundamentos jurídicos	779
28.8	Recurso especial e recurso extraordinário	779
28.9	Cumprimento de sentença	779
29	BENEFÍCIOS ESPECIAIS	779
29.1	Pensão especial para as vítimas da talidomida	779
29.2	Aposentadoria ou pensão ao anistiado político	782
29.3	Aposentadoria do ex-combatente da 2.ª Guerra Mundial	784
29.4	Pensão dos seringueiros (Soldados da Borracha)	785
29.5	Pensão das vítimas da Hemodiálise de Caruaru	786
29.6	Pensão das vítimas de hanseníase	787
29.7	Auxílio especial dos campeões mundiais de futebol de 1958, 1962 e 1970	787
29.8	Pensão especial às vítimas do CESIO-137 em Goiânia	788
29.9	Pensão especial às vítimas de microcefalia por Zika Vírus	789
29.10	Auxílio emergencial (Lei 13.982/2020)	791
30	BENEFÍCIOS EXTINTOS	792
30.1	Pecúlio	792
30.2	Renda mensal vitalícia	793
30.3	Auxílio-funeral	793

30.4	Auxílio-natalidade	794
30.5	Abono de permanência em serviço	794
30.6	Aposentadorias diferenciadas do jornalista profissional, do jogador de futebol profissional, do telefonista, do juiz classista, do juiz eleitoral e do aeronauta	794
31	REGIME PREVIDENCIÁRIO DOS CONGRESSISTAS E REGRA DE TRANSIÇÃO DO ART. 14 DA EC 103/2019	795
Capítulo V – PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA NO DIREITO PREVIDENCIÁRIO		797
1	A DECADÊNCIA NO DIREITO PREVIDENCIÁRIO	797
1.1	Distinção entre o ato de concessão e o ato de revisão do benefício previdenciário e âmbito de incidência da decadência	797
1.2	Previsão legal do prazo decadencial	800
1.3	Fundamento constitucional	801
1.4	Termo inicial do prazo decadencial	801
1.5	Interrupção do prazo decadencial nos casos de requerimento administrativo de revisão do benefício	803
1.6	Aplicação da decadência aos benefícios concedidos antes da Medida Provisória 1.523/1997 convertida na Lei 9.528/1997	804
1.7	Decadência no caso de questões não decididas no procedimento administrativo de concessão do benefício perante o INSS	806
1.8	Situações em que não se aplica o prazo decadencial	807
1.9	Termo inicial da decadência no caso de existência de reclamatória trabalhista	808
1.10	Decadência do direito do INSS de revisar o ato administrativo favorável ao segurado ou dependente	808
1.10.1	Decadência no caso de erro de cálculo da RMI pelo INSS na implantação do benefício	809
1.10.2	Decadência em face de omissão do INSS nos casos de silêncio administrativo	810
1.11	Direito ao melhor benefício e incidência da decadência	811
1.12	Prazo decadencial de revisão de pensão por morte mediante modificação da RMI do benefício originário	812
2	PRAZO PRESCRICIONAL	812
2.1	Conceito, previsão legal e finalidade	812
2.2	Prescrição no direito previdenciário e Súmula 85 do STJ	813
2.3	Termo inicial da incidência da prescrição	813
2.4	Suspensão da prescrição no caso de requerimento administrativo	814
2.5	Interrupção da prescrição	816
2.6	Prescrição nos casos de restabelecimento de benefício previdenciário por incapacidade	817
2.7	Inaplicabilidade da prescrição ao direito dos menores, incapazes e ausentes	818
Capítulo VI – REVISÕES PREVIDENCIÁRIAS		819
1	REVISÃO DA VIDA TODA OU DA VIDA INTEIRA (CÔMPUTO DE TODO O PERÍODO CONTRIBUTIVO)	819
1.1	Cabimento	819
1.2	Entendimento jurisprudencial	822
1.3	Pressuposto e abrangência temporal	827
2	RETROAÇÃO DA DIB (DIREITO ADQUIRIDO AO MELHOR BENEFÍCIO)	827
2.1	Cabimento	827
2.2	Entendimento jurisprudencial	827

2.3	Pressuposto e abrangência temporal	828
2.4	Incidência da decadência	828
3	REVISÃO DECORRENTE DE RECLAMATÓRIA TRABALHISTA SOBRE O VALOR DO SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO OU EM FACE DO RECONHECIMENTO DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO	829
3.1	Cabimento	829
3.2	Entendimento jurisprudencial	830
3.3	Pressuposto e abrangência temporal	830
3.4	Início do prazo decadencial	830
4	DESAPOSENTAÇÃO	831
4.1	Cabimento	831
4.2	Entendimento jurisprudencial e a desnecessidade de devolução dos valores recebidos de boa-fé	831
5	DESPENSAO	835
5.1	Cabimento	835
5.2	Entendimento jurisprudencial	835
6	TETO DOS BENEFÍCIOS CONFORME EMENDAS CONSTITUCIONAIS 20/1998 E 41/2003	835
6.1	Cabimento	835
6.2	Entendimento jurisprudencial	835
6.3	Pressuposto e abrangência temporal	836
6.4	Não incidência da decadência	836
6.5	Incidência sobre os benefícios concedidos antes da CF/1988, bem como os concedidos no período do buraco negro	836
6.6	Interrupção da prescrição	840
7	BURACO NEGRO	841
7.1	Cabimento	841
7.2	Revisão feita administrativamente	841
7.3	Pressuposto e abrangência temporal	841
7.4	Direito adquirido ao teto de 20 salários mínimos de referência previstos na Lei 6.950/1981 nos benefícios concedidos no buraco negro e a aplicação do art. 144 da Lei 8.213/1991	841
8	BURACO VERDE	844
8.1	Cabimento	844
8.2	Revisão feita administrativamente	845
8.3	Pressuposto e abrangência temporal	845
9	REVISIONAL DO ART. 29, § 5.º, C/C ART. 55, II, AMBOS DA LEI 8.213/1991	845
9.1	Cabimento	845
9.2	Entendimento jurisprudencial	845
9.3	Impossibilidade de aplicação do art. 36, § 7.º, do Decreto 3.048/1999 nos casos de limitação do salário de benefício do auxílio-doença nos termos da Lei 13.135/2015	846
9.4	Pressuposto e abrangência temporal	847
10	REVISÃO PELO ART. 29, II, DA LEI 8.213/1991	847
10.1	Cabimento	847
10.2	Entendimento jurisprudencial	849
10.3	Pressuposto e abrangência temporal	849
10.4	Interrupção da prescrição	849
10.5	Ação civil pública e possibilidade de propositura de ação individual	849
11	OTN/ORTN	850

11.1	Cabimento	850
11.2	Entendimento jurisprudencial	851
11.3	Pressuposto e abrangência temporal	851
11.4	Não incidência da decadência	851
12	IRSM	851
12.1	Cabimento	851
12.2	Entendimento jurisprudencial	851
12.3	Pressuposto e abrangência temporal	852
12.4	Não incidência da decadência	852
13	REAPOSENTAÇÃO	852
13.1	Cabimento	852
13.2	Entendimento jurisprudencial	852
Capítulo VII – PROCESSO JUDICIAL PREVIDENCIÁRIO		855
1	TEORIA GERAL: FLEXIBILIZAÇÃO DA APLICAÇÃO DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	855
1.1	Ausência de prova apta para a constituição do direito: sentença sem julgamento do mérito e flexibilização da coisa julgada	855
1.2	Prova diabólica e distribuição dinâmica do ônus probatório no direito previdenciário ...	858
1.3	Relativização do princípio da congruência entre o pedido e a sentença: princípio da fungibilidade da tutela previdenciária	860
2	COMPETÊNCIA NAS LIDES PREVIDENCIÁRIAS	861
2.1	Justiça Federal	862
2.1.1	Competência do Juízo Federal Ordinário (Comum)	862
2.1.2	Competência do Juízo do Juizado Especial Federal (JEF)	863
2.2	Justiça Estadual	865
2.2.1	Competência Originária do Juízo Estadual para as Ações Acidentárias	865
2.2.2	Competência Delegada Previdenciária da Justiça Federal	867
2.3	Competência no caso de cumulação de pedidos na ação previdenciária com o dano moral	874
2.4	Competência para julgamento de pensão por morte decorrente de acidente do trabalho	876
2.5	Competência para o julgamento de mandado de segurança que verse sobre benefício acidentário	877
2.6	Competência para o julgamento de ação previdenciária envolvendo a aplicação do Nexo Técnico Epidemiológico (NTEP)	878
2.7	Competência para expedição de alvará nas demandas previdenciárias	879
2.8	Competência para julgamento de ação acidentária envolvendo segurado especial	880
3	VALOR DA CAUSA	880
4	APLICAÇÃO DAS REGRAS DO CPC ÀS LIDES PREVIDENCIÁRIAS DO JUIZADO ESPECIAL FEDERAL (JEF)	881
5	PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO E PRETENSÃO RESISTIDA	882
6	TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA (CAUTELAR OU ANTECIPADA) E DE EVIDÊNCIA NAS AÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	883
6.1	Conceito	883
6.2	Requisitos	884
6.3	Procedimento	886
6.4	A estabilização da tutela antecipada concedida de forma antecedente	887

7	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA O INSS: ALTERAÇÕES TRAZIDAS PELO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	891
7.1	Apresentação dos cálculos discriminados e atualizados	891
7.2	Defesa processual do INSS: a impugnação	892
7.3	Execução invertida	893
8	TUTELA ESPECÍFICA FUNDADA EM OBRIGAÇÃO DE FAZER NAS AÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	894
8.1	Cumprimento da tutela específica na pendência de apelação	895
8.2	Impossibilidade de devolução de valores recebidos a título de tutela específica	897
9	REAFIRMAÇÃO DA DER NAS AÇÕES JUDICIAIS	898
9.1	Efeitos financeiros da reafirmação da DER e o decidido no Tema 995 do STJ	901
10	AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO OU MEDIAÇÃO PRELIMINAR NAS LIDES PREVIDENCIÁRIAS	904
11	HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NAS AÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	906
11.1	Destaque de honorários sucumbenciais	907
11.2	Destaque de honorários contratuais	909
11.3	Honorários advocatícios na fase de cumprimento de sentença contra o INSS	911
12	A LEI 14.331/2022 E A INVERSÃO DO ÔNUS DOS HONORÁRIOS PERICIAIS	912
13	CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS DE MORA DAS CONDENAÇÕES IMPOSTAS AO INSS	915
14	JUSTIÇA GRATUITA	919
15	AÇÕES COLETIVAS EM MATÉRIA PREVIDENCIÁRIA	921
15.1	Legitimidade ativa do Ministério Público em ação civil pública previdenciária	921
15.2	Possibilidade de controle de constitucionalidade	922
15.3	Âmbito de alcance dos efeitos da decisão	922
15.4	Execução individual do título executivo judicial formado na ação coletiva	923
15.5	Honorários advocatícios e periciais nas ações civis públicas	924
16	AÇÃO RESCISÓRIA PREVIDENCIÁRIA FUNDADA EM PROVA NOVA PARA OS TRABALHADORES RURAIS	924
17	REEXAME NECESSÁRIO E SUA APLICAÇÃO NAS AÇÕES PREVIDENCIÁRIAS EM FACE DO CPC	925
17.1	<i>Reformatio in pejus</i> no reexame necessário nas ações previdenciárias	926
18	DANO MORAL PREVIDENCIÁRIO	927
19	AÇÃO REGRESSIVA EM MATÉRIA PREVIDENCIÁRIA	929
20	NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E O INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS (IRDR)	931
21	SISTEMÁTICA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS PREVIDENCIÁRIOS	932
22	RECURSOS CABÍVEIS NO RITO COMUM PREVIDENCIÁRIO	935
23	COMPENSAÇÃO DE VALORES NO CASO DE RECEBIMENTO DE BENEFÍCIOS INACUMULÁVEIS	935
24	A LEI 14.331/2022 E AS INOVAÇÕES PROCESSUAIS NAS AÇÕES PREVIDENCIÁRIAS POR INCAPACIDADE	937
	Capítulo VIII – PROCESSO ADMINISTRATIVO PREVIDENCIÁRIO	941
1	REQUERIMENTO PRÉVIO DE CONCESSÃO, CONVERSÃO OU RESTABELECIMENTO DE BENEFÍCIO	941
2	PEDIDO DE CORRETA FIXAÇÃO DA DER	944

3	PEDIDO ADMINISTRATIVO DE REAFIRMAÇÃO DA DER	944
4	PEDIDO DE PRORROGAÇÃO (PP) EM AUXÍLIO-DOENÇA	947
5	PEDIDO DE RETIFICAÇÃO DE DADOS NO CNIS	948
6	JUSTIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA (JA)	949
7	PEDIDO ADMINISTRATIVO DE REVISÃO	950
8	ESTRUTURA RECURSAL DO PROCESSO ADMINISTRATIVO PREVIDENCIÁRIO	950
8.1	Órgãos administrativos no âmbito recursal	950
8.2	Espécies de recursos administrativos	953
8.2.1	Recurso ordinário	953
8.2.2	Recurso especial	954
8.2.3	Pedido de uniformização de jurisprudência	954
8.2.4	Reclamação	956
8.2.5	Embargos de declaração	956
8.3	Forma de contagem dos prazos nos recursos administrativos	957
8.4	Disposições comuns dos recursos administrativos	958
8.5	Revisão de acórdão	961
8.6	Conflito de competência	961
9	PROGRAMA PERMANENTE DE REVISÃO DA CONCESSÃO E DA MANUTENÇÃO DOS BENEFÍCIOS	962
9.1	O procedimento da prova de vida	963
9.2	Obrigação dos Cartórios de Registro Civil de Pessoas Naturais	964
10	PROGRAMA ESPECIAL PARA ANÁLISE DE BENEFÍCIOS COM INDÍCIOS DE IRREGULARIDADE	965
10.1	Tarefa Extraordinária de Redução de Filas e Combate à Fraude (TERF)	966
11	PROGRAMA DE REVISÃO DE BENEFÍCIOS POR INCAPACIDADE	968
11.1	Perícia Extraordinária de Redução de Fila e Combate à Fraude (PERF)	968
12	INSS DIGITAL E MEU INSS	970
13	A LEI 13.846/2019 E O ACESSO DE DADOS DO SEGURADO E DO DEPENDENTE EM ENTIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS	970
14	RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA DO SERVIDOR DO INSS	972
15	A LEI 13.846/2019 E A POSSIBILIDADE DE REQUERER O BENEFÍCIO NO CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS	973
16	DECRETO 10.410/2020: DECISÃO ADMINISTRATIVA SEM ANÁLISE DO MÉRITO E A LIMITAÇÃO DO RECURSO AO CRPS	973
17	DECRETO 10.410/2020: CRIAÇÃO DA SÚMULA ADMINISTRATIVA NO INSS APÓS CONCLUSÃO DE TEMA REPETITIVO DECIDIDO PELO STF OU PELO STJ	974
18	PRAZO PARA CONCLUSÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO: O ACORDO HOMOLOGADO NO STF NO TEMA 1.066 DA REPERCUSSÃO GERAL	975
Capítulo IX – REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS		977
1	CARACTERÍSTICAS: CONTRIBUTIVO, SOLIDÁRIO, DE REPARTIÇÃO SIMPLES E NECESSIDADE DE EQUILÍBRIO FINANCEIRO	977
2	COMPETÊNCIA LEGISLATIVA CONCORRENTE SOBRE PREVIDÊNCIA SOCIAL E AS NORMAS TRAZIDAS PELA EC 103/2019	979
2.1	Equivalência entre normas do RGPS e RPPS e a limitação do rol dos benefícios custeados pelos regimes próprios	983
3	UNICIDADE DO RPPS POR CADA ENTE ESTATAL	983

3.1	Regras aplicáveis aos fundos previdenciários dos regimes próprios nos termos da Lei 13.846/2019	986
3.2	Compensação financeira no caso de contagem recíproca	987
4	BENEFICIÁRIO DO RPPS	990
5	APOSENTADORIAS EM ESPÉCIE: CONFORME A REGRA GERAL DO ART. 40 DA CF/88 E AS ALTERAÇÕES DA EC 103/2019	991
5.1	Aposentadoria voluntária comum – regra geral: art. 10 da EC 103/2019	991
5.1.1	Forma de cálculo da aposentadoria, salário de benefício e reajustes periódicos ..	994
5.2	Aposentadoria compulsória	997
5.3	Aposentadoria por incapacidade permanente	999
5.3.1	Regra de transição do art. 6.º-A da EC 41/2003 incluída pela EC 70/2012 e sua revogação pela EC 103/2019	1001
5.4	Aposentadoria voluntária especial – regra geral: art. 10 da EC 103/2019	1004
5.4.1	Aposentadoria do servidor exposto a agentes químicos, físicos e biológicos	1005
5.4.2	Aposentadoria do servidor com deficiência	1010
5.4.3	Aposentadoria do policial, do agente penitenciário e do agente socioeducativo ..	1014
5.4.4	Aposentadoria do professor	1017
6	REGRAS DE TRANSIÇÃO EXISTENTES NO RPPS ANTES DA VIGÊNCIA DA EC 103/2019	1019
6.1	Servidores que ingressaram no serviço público até 16.12.1998	1020
6.1.1	Regra de transição revogada: art. 8.º da EC 20/1998	1020
6.1.2	Regra de transição: art. 2.º da EC 41/2003	1022
6.1.3	Regra de transição: art. 6.º da EC 41/2003	1023
6.1.4	Regra de transição: art. 3.º da EC 47/2005	1025
6.2	Servidores que ingressaram no serviço público após 16.12.1998 até 31.12.2003	1027
6.2.1	Regra de transição: art. 6.º da EC 41/2003	1027
6.3	Servidores que ingressaram no serviço público a partir de 01.01.2004	1028
6.4	Mudança de cargo com continuidade no serviço público	1029
7	REGRAS DE TRANSIÇÃO ESTABELECIDAS PELA EC 103/2019 PARA O RPPS DA UNIÃO	1029
7.1	Aposentadoria voluntária comum	1030
7.1.1	Regra de transição: art. 4.º da EC 103/2019 (sistema de pontos)	1030
7.1.2	Regra de transição: art. 20 da EC 103/2019 (pedágio de 100%)	1035
7.2	Aposentadoria voluntária especial	1039
7.2.1	Exposição a agentes físicos, químicos e biológicos – regra de transição: art. 21 da EC 103/2019	1039
7.2.2	Policial, agente penitenciário e agente socioeducativo – regras de transição: art. 5.º, <i>caput</i> e § 3.º, da EC 103/2019	1041
7.2.3	Professor – regras de transição: arts. 4.º, § 4.º, e 20, § 1.º, da EC 103/2019	1045
8	ABONO DE PERMANÊNCIA	1048
8.1	EC 47/2005 e direito ao abono de permanência	1052
9	PENSÃO POR MORTE	1053
9.1	EC 41/2003, fim da integralidade: redutor de 30% do valor que ultrapassar o teto do RGPS e as alterações realizadas pela EC 103/2019	1054
9.2	Incoerência normativa provocada por erro do legislador constituinte derivado: o caso dos incisos não revogados do § 7.º do art. 40 da CF/88	1057
9.3	Novo cálculo da pensão por morte disciplinada pela EC 103/2019 e a regra excepcional se houver dependente inválido ou com deficiência	1060
9.4	Possibilidade de o valor da pensão por morte ser abaixo de 1 salário mínimo se o dependente tiver renda formal	1065

9.5	Valor diferenciado da pensão no caso de óbito de policial, agente penitenciário ou socioeducativo decorrente de agressão no exercício ou em razão da função	1067
9.6	EC 41/2003, regra da paridade e mudanças realizadas pela EC 103/2019	1068
9.7	Dependentes	1069
9.8	A Lei 13.135/2015 e suas alterações no RPPS	1073
9.9	A Lei 13.846/2019 e o prazo de recebimento da pensão por morte pela ex-cônjuge ou ex-companheira(o)	1077
9.10	A Lei 13.846/2019 e a alteração do termo inicial da pensão por morte	1078
10	ACUMULAÇÃO DOS BENEFÍCIOS	1079
10.1	Abate teto nos casos de recebimento acumulado de proventos de aposentadoria ou remuneração de cargo público e pensão	1085
11	ASPECTOS RELACIONADOS AO CUSTEIO DO RPPS	1087
11.1	Contribuição dos servidores	1087
11.2	Contribuição dos inativos	1093
11.2.1	Contribuição dos inativos com doença incapacitante	1096
11.3	Contribuição dos entes federados	1097
11.3.1	Base de cálculo da contribuição previdenciária da União com base no princípio da solidariedade	1098
12	PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DOS SERVIDORES PÚBLICOS	1099
12.1	Natureza jurídica das entidades da previdência complementar pública	1101
12.2	Marco temporal da vigência do Regime de Previdência Complementar Público	1102
12.3	Benefício especial	1106
12.3.1	Natureza jurídica	1106
12.3.2	Forma de cálculo	1108
12.3.3	Inconstitucionalidade do cálculo do fator de conversão (FC)	1110
12.3.4	Direito de opção aos servidores que ingressaram no serviço público antes de instituição do regime de previdência complementar	1112
12.3.5	Disposições aplicáveis ao benefício especial	1114
12.3.6	Benefício especial: norma de reprodução obrigatória pelo Regime de Previdência Complementar instituído pelos Estados, Distrito Federal e Municípios	1116
12.4	Regras gerais do FUNPRESP trazidas pela Lei 10.618/2012	1118
13	CONTAGEM RECÍPROCA NO RPPS	1120
	REFERÊNCIAS	1121